

**A Doutrina Moynihan:
o debate sobre a raça e o negro nas conferências de 1965 da Fundação
Ford e da Academia Americana de Artes e Ciências**

Wanderson Chaves

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

A construção da Doutrina Moynihan é o principal tema deste artigo. Proposta norte-americana de reforma racial de origem governamental, voltada à adequação dos negros à tradição do melting pot, ela se tornou um importante instrumento da disputa pelos sentidos do Poder Negro. Duas grandes conferências que reuniram a elite dos estudos raciais, realizadas com patrocínio e supervisão da Fundação Ford em 1965, servindo ao debate e lançamento da Doutrina, são o foco do trabalho. Entre as origens da proposta de ordem do multiculturalismo, a Doutrina Moynihan chegava ao governo com Richard Nixon como a resposta neoconservadora à ética da violência dos distúrbios raciais.

Palavras-chave Questão racial, Estados Unidos, Fundação Ford, Intelectuais, Multiculturalismo.

Abstract

The Moynihan Doctrine is the main theme of this paper. The focus lies on the two 1965 major conferences arranged by Ford Foundation, which brought together the elite of racial studies to discuss The Doctrine as a measure to solve race riots and fight against black poverty. With Richard Nixon, the Doctrine becomes an important tool of the dispute of the Black Power, and one of the roots of multiculturalism.

Keywords Race, United States, Ford Foundation, Intellectuals, Multiculturalism.

Era maio de 1965, e o Movimento dos Direitos Civis havia rachado. Era o que dizia Daniel Patrick Moynihan, secretário-assistente do Departamento de Trabalho (1963-65), em memorando a Harry C. McPherson Jr., o diretor da Divisão de Assuntos Culturais e Educacionais do Departamento de Estado (1964-5). Sua fonte era J. Saunders Redding, crítico literário negro, um pioneiro no circuito da *Ivy League*, com quem ele se encontrara naquele mês na Universidade de Harvard, para a conferência da Academia Americana de Artes e Ciências sobre o negro norte-americano. Mas, a notícia não era clara. Não esclarecia se o rompimento viera da frente estudantil do Movimento dos Direitos Civis, representada pelo Student Non-Violent Coordinating Committee (SNCC) e pelo Congress for Racial Equality (CORE), ou de mudanças na atuação da frente legal e de lobby político, articulada na National Urban League e na National Association for the Advancement of Colored People (NAACP)³³⁴.

A Conferência sobre o Negro Norte-americano, realizada pela Academia Americana de Artes e Ciências, era a culminação de um esforço da elite dos estudos raciais nos EUA, que vinha se reunindo, desde 1964, para discutir propostas de “reconciliação nacional” para a questão racial³³⁵. Talcott Parsons, então um influente sociólogo, foi um dos principais instigadores do evento³³⁶, sendo, em certa medida, o responsável pela forte presença de quadros da Universidade de Harvard³³⁷. Estruturada em grupos de trabalho, a equipe contava ainda com representantes do National Council of the Churches of Christ, da Anti-Defamation League of B’nai B’rith, do Southern Regional Council, da American Sociological Association, da National Urban League, do National Opinion Research Center e da Brookings Institution; de representantes de órgãos de governo, como a Procuradoria-Geral da República, o Departamento de Comércio e o Departamento de Educação do Estado de Nova Iorque, e de outros especialistas, alguns renomados, como o historiador C. Vann Woodward, da Universidade Yale; o sociólogo G. Franklin Edwards, da Universidade Howard; Kenneth B. Clark, da City University of New York (CUNY); e, com uma contribuição decisiva para os

334 “Memorandum for Mr. McPherson”, de 20 de maio de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Daniel Patrick Moynihan, A Portrait in Letters of an American Visionary. New York: PublicAffairs, 2010, p. 103.

335 “Notes on Contributors”. In: Daedalus, v. 95, n. 1, The Negro American – 2 (Winter, 1966).

336 GERHARDT, Uta. Talcott Parsons: An Intellectual Biography. Cambridge, UK; Cambridge University Press, 2002, cap. 4, passim.

337 Dentre eles, Thomas F. Pettigrew, do Departamento de Psicologia; Oscar Handlin, do Departamento de História; o jurista Paul Freund, da Escola de Direito; o psiquiatra Robert Coles, da Escola de Medicina; o sanitarista Jean Mayer, da Faculdade de Saúde Pública; o cientista político James Q. Wilson, do Centro Conjunto MIT-Harvard de Estudos Urbanos; e Rupert Emerson e Martin Kilson, do Centro de Estudos Internacionais.

debates, o antropólogo então na Universidade de Chicago, ainda pouco conhecido, Clifford Geertz³³⁸.

Conforme a proposta dos patrocinadores, as fundações Carnegie e Ford, tratava-se de uma oportunidade para iniciar o planejamento do futuro pós-Lei de Direitos Civis. Supunha-se que sua aprovação, em julho de 1964, inauguraria um “momento de transição”³³⁹. A aposta de Daniel Patrick Moynihan, particularmente, era de que a nova prioridade política negra, depois do avanço da legislação civil, não seria mais a “liberdade”, mas a “igualdade”. A previsão era uma tese que ele já ventilara com o secretário do Departamento de Trabalho, W. Willard Wirtz (1962-69), quando argumentou que a meta da “igualdade de resultados” iria se tornar tão importante quanto já fora a da busca de “iguais oportunidades”³⁴⁰.

A principal proposta levantada nos grupos de trabalho da Academia Americana de Artes e Ciências, em razão da projeção dessa meta, era justamente a gestação de uma nova geração de políticas sociais. Era parte desse esforço também a reflexão sobre um renovado trabalho de arregimentação, que se pretendia fosse correspondente a essa reorientação da problemática dos direitos, a ser dada nas políticas de governo. O Movimento dos Direitos Civis não seria um foco importante dele, uma vez que se entendia que a guinada para os “direitos sociais” lhe retiraria paulatinamente o raio de atuação, a abrangência institucional e a consistência programática³⁴¹.

Na ocasião, entretanto, não se notou que o relato de J. Saunders Redding atentava para a rápida deterioração do Movimento dos Direitos Civis, não apenas para a sua perda de valor estratégico, diferença que não era sem consequências. Como disse o historiador da Universidade de Brown, Stephen R. Graubard, coordenador dos trabalhos da Conferência sobre o Negro Norte-Americano e editor-chefe (1961-2000) da publicação da Academia de Artes e Ciências, a *Daedalus*, só se percebeu o fim da “era dos direitos civis” quando, meses depois, “distúrbios” na Califórnia anularam qualquer chance de “transição”³⁴².

Nessa lembrança, Graubard falava particularmente de “Watts”. Entre 11 e 18 de

338 O crítico e escritor Ralph Ellison também fazia parte da equipe. John Hope Franklin, historiador da Universidade de Chicago, e St. Clair Drake, sociólogo da Universidade Roosevelt, enviaram trabalhos que foram debatidos, mas não participaram das atividades. “Notes on Contributors”. Op., cit.

339 GERHARDT, Uta. Idem, *ibidem*, p. 187.

340 “Memorandum for Secretary”, de 20 de abril de 1964. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, *ibidem*, p. 78-9.

341 Análise de Daniel Patrick Moynihan, encaminhado ao presidente Lyndon B. Johnson via W. Willard Wirtz. “Memorandum for the President”, de 5 de março de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, *ibidem*, p. 90-97.

342 S.R.G. [Stephen R. Graubard]. “Preface to the Issue ‘Color and Race’”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967), p. iii-iv.

agosto, os milhares de habitantes desse distrito de Los Angeles, de população majoritariamente negra, envolveram-se na depredação de bens e imóveis e no enfrentamento armado de civis e forças de segurança, locais, estaduais e federais, após um jovem ter sido morto pela polícia. Registraram-se 34 mortos, milhares de feridos e detidos e danos patrimoniais, em uma área de tamanho superior ao do de Manhattan, de aproximadamente 1,5 bilhão de dólares³⁴³. Malcolm X, assassinado em fevereiro, teve seu nome associado ao evento ao ser mencionado por indivíduos e grupos envolvidos, dentre eles gangues, e instituições como a *Nation of Islam*, como aquele que inspirou o “levante”³⁴⁴.

A análise especializada e da cobertura jornalística era a de que havia se inaugurado ali uma nova agenda e também forma de atuação entre os negros nos EUA. A revolta era contra a degradação da vida urbana e o ocaso das políticas sociais e econômicas de governo, e explicitava, fundamentalmente, que o “nacionalismo negro” e suas organizações estavam sendo visadas pelos “negros pobres” em sua renovada disposição para a ação política³⁴⁵.

Era a emergência do Poder Negro (Black Power), um conjunto de outras expressões e dimensões de inconformidade e luta política que estava se tornando, como logo compreendeu a Fundação Ford, um grande objeto de atração³⁴⁶.

Os termos a serem disputados começaram a ser explicitados nas leituras daquele que foi um dos acontecimentos políticos e intelectuais da década, *Os condenados da Terra* (1961), de Frantz Fanon. A edição da Grove Press, de junho de 1965, vendeu dezenas de milhares de cópias apenas naquele ano, e impulsionou um debate dos meios militantes negros e da Nova Esquerda³⁴⁷ que permanecia restrito a quem havia lido o original francês ou a tradução de 1963, da revista *Presence Africaine*. Era a discussão sobre analogias entre a “situação colonial” e a do negro nos EUA, e, particularmente, a validade de lutas de “libertação nacional” como a argelina, tratada em *Os condenados da terra*, como modelo de ação útil e aplicável ao país.

343 Valores atualizados, segundo o índice Purchasing Power Calculator de correção do dólar. In: <http://www.measuringworth.com/pppowerus/>, com acesso em 26/10/2015. Eram 200 milhões de dólares em valores da época. HORNE, Gerald. *Fire This Time: The Watts Uprising and the 1960s*. New York: Da Capo Press, 1997 [1995], p. 3.

344 HORNE, Gerald. *Idem*, *ibidem*, “Introduction”.

345 Observou-se a tendência instantânea em interpretar “Watts” como um momento de repúdio popular à Martin Luther King Jr., à “integração” e às formas não violentas de luta. HORNE, Gerald. *Idem*, *ibidem*, cap. 1, 5-6.

346 FERGUSON, Karen. “Organizing the Ghetto: The Ford Foundation, CORE, and White Power in the Black Power Era, 1967-1969”. In: *Journal of Urban History*, v. 34, n. 1, November 2007, *passim*.

347 Como ficou conhecido o agregado de liberais, grupos progressistas, segmentos de esquerda, partidária e não-partidária, e adeptos do movimento da contracultura, que, nos EUA dos anos 1960, representando uma tendência política entre jovens e intelectuais, disputava, nas lutas por direitos civis e de oposição à Guerra do Vietnã, propostas para a radicalização da tradição democrática norte-americana. O’NEILL, William L. *The New Left: A History*. Wheeling, IL: Harlan Davidson, Inc., 2001, chapter 1.

Nesse debate norte-americano, tocou-se em dois pontos fundamentais da obra, que eram a reflexão sobre as formas e princípios de criação de uma “frente anticolonial”, e importante também, a aposta de Fanon no “lumpemproletariado” como grande força política, mas foram três outras questões, relativamente menos importantes na obra, que se tornaram os principais tópicos de discussão:

1) o uso da violência: a disposição de empregá-la, de forma organizada, no trabalho de liberação político e comportamental;

2) o “nacionalismo”: as alianças e estratégias destinadas a sustentar a resistência, isolar o inimigo colonial e estruturar a nova comunidade política; e

3) a negritude: o que é curioso, uma vez que o tema nunca teve lugar no trabalho de Frantz Fanon como ideólogo da causa argelina³⁴⁸.

Grosso modo, foi na articulação desses predicados fanonianos que veio a se elaborar a disputa de projetos de liberação, política e pessoal, características dos movimentos do Poder Negro. Apontava-se predominantemente para o refinamento e a reafirmação dos sentidos do pertencimento e da classificação racial, impulso que se tornaria instrumental aos objetivos nacionalistas, então presentes na meta da “autodeterminação”³⁴⁹. Além disso, apontava-se para a abertura aos recursos dissuasórios da violência, tendo em vista metas centrais, que eram a organização grupal e a autodefesa.

A Fundação Ford, utilizando de instrumentos de financiamento, passou a disputar essas aspirações políticas já em 1965, quando o foco sobre os direitos civis se reorientou para as políticas redistributivas, o controle comunitário, a elevação de autoestima e a valorização cultural. Nesta disputa, sua atuação esteve marcada pela construção de pontes teóricas e institucionais. Pretendia-se uma renovada abordagem liberal à velha questão da assimilação e integração dos negros, o que ela buscou engendrar, articulando-se às noções de “mudança social”, “desenvolvimento econômico”, liderança e “raça” que passaram a emergir³⁵⁰.

³⁴⁸ De outra forma, apenas por oposição, já que ele combatia a intrusão da etnicidade e da raça como um princípio de governo e como ideal nacionalista. GIBSON, Nigel C. “Relative Opacity: A New Translation of Fanon’s *Wretched of the Earth* – Mission Betrayed or Fulfilled?” In: *Social Identities*, v. 13, n. 1, January 2007, passim. MACEY, David. *Frantz Fanon: A Biography*. London and New York: Verso, 2012 [2000], especialmente cap. I e II.

³⁴⁹ Exceção feita, por exemplo, aos Panteras Negras, que consideravam a noção de “consciência nacional” mais um princípio tático, da construção dos órgãos da “frente anticolonial”, que uma proposta de unificação sócio-étnico-cultural. Era uma leitura literal e menos metafórica de *Os condenados da Terra*, que se tornaria pouco recorrente fora da organização. CHAVES, Wanderson. “O Partido dos Panteras Negras”. In: *Topoi. Revista de História*, v. 16, n. 30, 2015. Acessado em http://www.revistatopoi.org/topoi30/R30_04_359.pdf, em 29/01/2016.

³⁵⁰ FERGUSON, Karen. *Top Down: The Ford Foundation, Black Power, and the Reinvention of Racial Liberalism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, “Introduction”.

A *Great Society*, a agenda doméstica de Lyndon B. Johnson de combate à pobreza, e o *War on Poverty*, seu programa de reforma urbana, centrado na população negra e pobre, foram para a Fundação Ford verdadeiros focos de experimentação, fundamentais na gestação de sua agenda temática, que, lançada em direção às organizações do Poder Negro, buscava capturar e também estabelecer afinidades políticas. O esforço era de concepção de uma nova fórmula de governo, voltada à administração da vida e problemas das populações. A Fundação Ford definiu essa proposta pelas noções de “pluralismo racial” e “pluralismo das elites”. O multiculturalismo tem aí parte de suas origens³⁵¹.

A Conferência sobre o Negro Norte-americano, e a Conferência sobre Raça e Cor, evento internacional realizado em Copenhague, Dinamarca, em setembro de 1965, patrocinado pela Fundação Ford, serviram à consolidação dessa proposta particular de intervenção, que Daniel Patrick Moynihan ajudara a elaborar, e que posteriormente se transformou em corolário de disputas e convergências entre o Poder Negro e a Fundação Ford – a Doutrina Moynihan.

A Conferência sobre Raça e Cor

A Conferência sobre Raça e Cor foi um dos mais importantes conchaves da agenda de eventos internacionais do Congress for Cultural Freedom (CCF), uma frente secreta da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) especializada em estratégias de atração de quadros intelectuais, particularmente os de esquerda e não-comunistas³⁵². A organização, um importante beneficiário da Fundação Ford, dirigiu a partir de Paris o planejamento e a coordenação da Conferência, que se realizou entre os dias 5 e 12 de setembro. Promovido em colaboração com a Academia Americana de Artes e Ciências³⁵³, o evento representava para a Fundação Ford, tal como a Conferência sobre o Negro Norte-americano, uma oportunidade para o debate teórico e a análise comparada de problema raciais. A investida serviria para avaliar, fundamentalmente a partir da experiência de Estados Unidos e “Terceiro Mundo”, a discussão internacional de soluções políticas, mostrando-se útil aos ajustes de sua própria agenda para a questão racial, promovidos a partir de 1967³⁵⁴.

351 FERGUSON, Karen. Idem, *ibidem*, cap. 2 e 4.

352 Embora pairassem antigas suspeitas, que remontavam à fundação da instituição, nos início dos anos 1950, a revelação de que o CCF respondia à agendamentos da CIA se deu apenas em abril de 1966, quando o escândalo foi apresentada em uma série especial de reportagens do *The New York Times*. SAUNDERS, Frances Stonor. *The Cultural Cold War: the CIA and the World of Arts and Letters*. New York: The New Press, 2000.

353 S.R.G. [Stephen R. Graubard]. “Preface to the Issue ‘Color and Race’”. Idem, *ibidem*, p. ix-x.

354 A partir do projeto “Social Science Research on Race and Poverty”, apenso à carta de John R. Coleman para

Stephen R. Graubard estava no comitê organizador. Também estavam Raymond W. Firth, antropólogo da London School of Economics; Georges Balandier, antropólogo da Universidade de Sorbonne, e o sociólogo Daniel Bell, da Universidade de Columbia e também do conselho de diretores da Fundação Ford³⁵⁵. Após reunião em Paris, em 1964, esse comitê definiu para as conferências, comunicações e textos para publicação seis grandes áreas de interesse e concentração:

1. Histórias das relações raciais: análise do colonialismo, imperialismo e usos da cor na construção de propostas de ordem e domínio.
2. A Cor: simbolismo e fundamentos teóricos e sociais.
3. O conflito inter-racial: análises etnograficamente documentadas dos usos da cor na definição de identidades e limites intergrupais.
4. Minorias raciais: agendas identitárias e o lugar da cor na articulação de ideologias de afirmação grupal e nacional.
5. A importância da cor nas relações internacionais.
6. O “a-racialismo”: análises e pesquisas sobre grupos sociais e movimentos políticos que preconizam processos de identificação primária não raciais ou de cor³⁵⁶.

Florestan Fernandes, convidado da Conferência sobre Raça e Cor, era representativo do perfil dos escolhidos para o evento. Eram cientistas sociais de regiões do mundo “não-comunista”, geralmente especialistas em temas de história e psicologia em suas investigações da questão racial. Seu parceiro intelectual, Roger Bastide, então na Universidade de Sorbonne, também estava entre estes convidados³⁵⁷.

Também integravam a lista de participantes:

André Béteille. Sociólogo. Universidade de Deli, Índia.

Leon Carl Brown. Diplomata, especialista em Oriente Médio. Universidade Princeton.

Robert K. A. Gardiner. Diplomata de Gana. Representante da Organização das Nações Unidas (ONU).

Kenneth J. Gergen. Psicólogo. Universidade de Harvard.

McGeorge Bundy, de 21 de janeiro de 1967. In: Rockefeller Archive Center. Ford Foundation Records. Grant Files. Reel nº. 2489. Grant Number 68-141.

355 Carta de Stephen R. Graubard para Florestan Fernandes, de 21 de julho de 1965. In: Universidade Federal de São Carlos. Biblioteca Comunitária – Coleções Especiais. Fundo Florestan Fernandes. Série Vida Acadêmica. Correspondências.

356 Carta de Stephen R. Graubard para Florestan Fernandes, de 13 de abril de 1965, p. 2-4. In: Universidade Federal de São Carlos. Biblioteca Comunitária – Coleções Especiais. Fundo Florestan Fernandes. Série Vida Acadêmica. Correspondências.

357 “Notes on Contributors”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 627-8.

C. Eric Lincoln. Sociólogo e pastor metodista. Universidade de Brown.
 Kenneth L. Little. Antropólogo. Universidade de Edimburgo, Escócia.
 François H. M. Raveau. Neuropsiquiatria. Universidade de Sorbonne.
 Edward Shills. Sociólogo e membro do CCF. Universidade de Chicago.
 Hiroshi Wagatsuma. Psicólogo. Universidade da Califórnia, Berkeley.
 John A. Davis. Cientista Político. City University of New York (CUNY).
 Masataka Kosaka. Cientista Político. Universidade de Kyoto, Japão.
 Colin Legum. Escritor sul-africano. Jornalista do *The Observer*.
 Philip Mason. Escritor. Diretor de estudos do Institute of Race Relations (IRR),
 Londres.

David Lowenthal. Geógrafo e historiador. King's College (UK).
 Julian Pitt-Rivers. Antropólogo. Universidades de Sorbonne e Chicago.
 Talcott Parsons.
 John Hope Franklin³⁵⁸.

Completavam a lista, com o mesmo perfil intelectual e profissional, três laureados com o *Anisfield-Wolf Book Awards*³⁵⁹. Harold R. Isaacs, orientalista do Massachusetts Institute of Technology (MIT), por *The New World of Negro Americans* (1964)³⁶⁰; Louis E. Lomax, jornalista negro, pioneiro na TV norte-americana, por *The Reluctant African* (1961)³⁶¹; e Edward R. Braithwaite, guianês, então diplomata, por *To Sir, With Love* (1961)³⁶².

Na abertura dos trabalhos, Stephen R. Graubard recordou o “Levante de Watts”, fazendo uma exposição que comunicava e dava o tom geral do que seria a Conferência sobre Raça e Cor. Disse que o ocorrido em Los Angeles sinalizava para a construção de políticas sintonizadas à predisposição para o convívio entre iguais de “raça”. Watts seria a exposição do fracasso do esforço de “assimilação”, então tentado através da dessegregação, e que demonstrava, como exemplo, válido não apenas para os EUA, que havia motivações extra-políticas para os “distúrbios”. Era conflitiva, acreditava ele, a natureza das relações “inter-

358 Idem, ibidem.

359 Prêmio estabelecido em 1936, nos EUA, e dedicado a trabalhos de ficção e não-ficção sobre raça e “relações raciais”. Gilberto Freyre havia sido premiado em 1957, pela tradução em língua inglesa de Casa Grande & Senzala. O mesmo aconteceu com Florestan Fernandes, em 1970, pela tradução para o inglês de A Integração do negro à sociedade de classes.

360 Produto das pesquisas de monitoramento do “desenvolvimento” de áreas “subdesenvolvidas”, que ele realizava, sob patrocínio da Fundação Ford, para o Center for International Studies (CENIS), do MIT.

361 Reportagem sobre os mútuos impactos entre a luta por direitos civis, nos EUA, e a descolonização, na África.

362 Novela de inspiração autobiográfica, ambientada na Londres dos anos 1940. Texto de comentário político e sentimental, tendo como temas o racismo e a migração colonial, que inspirou o filme homônimo de 1967, sucesso de bilheteria, estrelado por Sidney Poitier.

raciais”, razão porque a convivência, e a própria cidadania, deveriam ter em vista, como princípio, o respeito a esse “impulso” para o relacionamento preferencial “entre pares”³⁶³.

Os debates³⁶⁴ e textos da Conferência³⁶⁵ encaminharam-se no sentido deste ponto de vista. A maioria dos trabalhos mostrou-se crítico de projetos de “integração”, julgados já derrotados por ignorarem, na busca pela “harmonização racial”, melhor entendimento da natureza do convívio humano. A meta, para esses participantes, era gerar maior “esclarecimento”, através, particularmente, da correta definição e instrumentalização do conceito de raça. Nesse esforço de precisão, eles se desdobraram, em Copenhague, no debate de três questões principais: 1) a tese do “naturalismo das cores”; 2) a “conotação pejorativa”; e 3) o “contra-racialismo”. Estas temáticas, assim correlacionadas, constituíam o tripé para um conceito de raça, e também davam, ao mesmo tempo, notícia de certas divergências na problematização do que configurava a solução do “conflito racial”.

Por meio da tese do “naturalismo das cores”, defendeu-se que a “cor” era o mais primário e importante traço físico, como explicou Edward Shills. A percepção das cores seria um imperativo cognitivo e sensorial, de origem pulsional, cujo caráter, supostamente natural, seria de origem atávica ou “racial”. A identificação e classificação das variantes de cor, como ato fundamental do comportamento humano, seria inescapável. E antecederia, assim, tanto o reconhecimento de outros sinais particulares, como a construção de outras formas de “diferença”. Esse argumento, uma pressuposição sobre como a diversidade humana era universalmente percebida, definia que noções abstratas e figurativas em relação ao corpo, à percepção de si e à construção grupal desenvolviam-se apenas posteriormente. Nessa chave explicativa, considerava-se que vínculos estabelecidos apenas no chamado plano da “cultura” eram tênues, dependentes de afinidades e filiação étnico-raciais para se sustentarem. Comparativamente, significava dizer que tais princípios, como o de “classe”, eram desprovidos de qualquer caráter “estruturante”³⁶⁶.

Essa postulação gozava de grande aceitação. O debate travado em Copenhague, ao partir desse consenso sobre o automatismo, manifesto na “identificação racial”, orientou-se para a investigação da questão moral fundamental, para os conferencistas, desdobrada por essa postulação: saber como evitar que a construção desse princípio biológico, na esfera da “cultura”, se desse por meio da “conotação”, o processo de dissociação da “cor” de suas

363 S.R.G. [Stephen R. Graubard]. “Preface to the Issue ‘Color and Race’”. Idem, *ibidem*, p. iii-iv.

364 Conforme relato do diretor de programas para a África, do escritório do CCF em Paris, Ezekiel Mphahlele. MPAHAHLELE, Ezekiel. “Race and Color at Copenhagen”. In: *Transition*, n. 23, 1965.

365 *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 279-626.

366 SHILLS, Edward. “Color, the Universal Intellectual Community, and the Afro-Asian Intellectual”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 282, 291-2.

qualidades “descritivas” e de “representação física”. Como explicava Kenneth J. Gergen, esta dificuldade era fundante. O processo de afirmação dos grupos humanos, segundo ele, partia de um esforço de divisão e exclusão no qual a “cor” seria sempre utilizada. No processo, “conteúdos subjacentes” eram introduzidos na sua significação, e era graças a esses sentidos conotativos, depois empregados na leitura da aparência humana, que a cor transformava-se no emblema primário das “diferenças”³⁶⁷.

Esse procedimento, quando depreciativo na forma e na expressão, era chamado de “conotação pejorativa”. Na Conferência sobre Raça e Cor, a investida contra imagens deste tipo se firmou como a grande aposta da crítica especializada. Pautava-se na crença de que o combate aos “estereótipos” desmobilizaria os suportes raciais da discriminação e do preconceito e possibilitaria as ferramentas de “percepção”, necessárias ao estabelecimento de direitos e formas elevadas de convívio e também de “reconhecimento”³⁶⁸.

A “civildade” e a “tolerância” seriam os valores fundamentais dessa aposta intelectual. Mas, um dos focos fundamentais desse esforço de crítica se voltava, então, para o engendramento daquilo o que Robert K. A. Gardner definiu como “racialismo reverso” ou “contra-racialismo”. Ele tinha em vista, ao usar essa expressão, as estratégias de afirmação e oposição chamadas de “anti-brancas”, aquelas que sustentariam, nas lutas de “liberação nacional”, o enfrentamento armado, o distanciamento político e o rompimento cultural. A descolonização estava no foco dessa discussão. Para Robert K. A. Gardner, economista naquele momento criando o Banco Africano de Desenvolvimento (1964)³⁶⁹, esse programa liberatório não participava da mesma aposta civilizatória defendida em Copenhague, que passaria, defendeu ele, pela participação no sistema internacional de países. O rompimento da contiguidade entre mundos “ocidental” e “não-ocidental”, bem como o relacionamento entre antigas “colônias” e “metrópoles”, além de barrar as chances de progresso e crescimento das nações, também impediria, segundo ele, uma reação adequada à exclusão e ao preconceito. Por isso, a defesa enérgica de que soluções deste tipo fossem sempre combatidas³⁷⁰.

367 GERGEN, Kenneth J. “The Significance of Skin Color in Human Relations”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 393-4.

368 Roger Bastide, ao falar da associação do Mal à “cor negra” na escatologia cristã, e Hiroshi Wagatsuma, André Béteille e Leon Carl Brown, ao tratarem das “minorias raciais”, respectivamente, de Japão, Índia e Argélia, levantaram exatamente este ponto. BASTIDE, Roger. “Color, Racism, and Christianity”. WAGATSUMA, Hiroshi. “The Social Perception of Skin Color in Japan”. BÉTEILLE, André. “Race and Descent as Social Categories in India”. BROWN, Leon Carl. “Color in Northern Africa”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967).

369 Compatriota e antagonista de Kwane Nkrumah, Robert K. A. Gardner liderou, após o assassinato de Patrice Lumumba, em 1961, sob os auspícios da ONU, o processo de reunificação da República do Congo.

370 GARDNER, Robert K. A. “Race and Color in International Relations”. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967), p. 302-3.

A resposta a essa ameaça ao “sistema internacional”, personificada no “contra-racialismo”, deveria vir na forma de arregimentação. Essa era a aposta de Philip Mason (IRR) e de Harold R. Isaacs (CENIS/MIT), representantes, em Copenhague, de duas instituições especializadas nas interfaces entre “relações raciais”, internacionais e “programas de modernização”. A defesa dessa posição passava por um ponto que era praticamente unânime na Conferência sobre Raça e Cor. A necessidade de se acolher a legitimidade da “afirmação racial dos povos de cor” e impedir que o impulso para a “autoexclusão do mundo ocidental”, atribuída, por eles, ao “terceiro-mundismo”, viesse prejudicar o “desenvolvimento internacional”. A sugestão dos dois especialistas era que a negritude deveria estar, na África e Américas, entre os principais objetos da disputa contra os projetos de independência nacional, então, projetados ou realizados fora do “sistema”³⁷¹.

A negritude³⁷², noção na qual se acomodaram inúmeras propostas de consolidação da solidariedade política, social e comunitária das populações de origem africana, tornara-se, desde o pós-guerra, um potente chamariz das lutas anticoloniais, configurando uma aposta na formação de um “novo mundo” ao mesmo tempo “negro”, cosmopolita, tradicionalmente africano e politicamente autônomo. A noção, que devia muito da consistência de sua proposta a uma investigação realizada nas artes, ligada à promoção da “reforma humana do negro”, contra as teses da “inferioridade racial”, adquiriu também aguda profundidade psicológica e grande apelo pelo nacionalismo. Essas características se afirmavam na criação de mitologias políticas e impulso para a defesa de atavismos, patentes na afirmação do “orgulho racial” e na recuperação de “essência” e “raízes” africanas³⁷³.

Era por essas características, precisamente, que vários dos conferencistas se definiram pela disputa da negritude. Alguns para derrotá-la, outros para apoiá-la ou reformá-la em pontos particulares. Os sociólogos C. Eric Lincoln e Talcott Parsons, os mais representativos dessa divergência, definiram-se a partir de suas posições conflitantes sobre como lidar com a questão da negritude nos Estados Unidos.

371 MASON, Philip. “The Revolt against Western Values”, p. 328 e ss. ISAACS, Harold R. “Group Identity and Political Change: The Role of Color and Physical Characteristics”, especialmente p. 359, 364. In: *Daedalus*, v. 96, n. 2, *Color and Race*, (Spring, 1967).

372 Neologismo francês, formulado, nos anos 1930, no círculo de escritores antilhanos e africanos de Paris do qual faziam parte, dentre outros, Aimé Césaire, Leopold Sedar Senghor e Léon-Gontran Damas. Sua origem também pode ser remontada à Renascença do Harlem, nos anos 1910-20, quando, segundo o escritor Langston Hughes, poetas, como ele próprio, lançaram uma proposta literária que já continha o programa “pan-africanista” e de “união negra” que depois floresceu entre os “coloniais” franceses. HUGHES, Langston. “The Twenties: Harlem and Its Negritude”. In: *African Forum*, v. I, nº. 4 / Spring, 1966, p. 11 e ss.

373 CÉSAIRE, Aimé. “Discurso sobre el colonialismo (1950)”. DÉPESTRE, René. “Buenos días y adiós a la negritude (1980)”. In: MORALES, Laura López (org.). *Literatura Francófona: II. América*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1996.

C. Eric Lincoln (1924-2000) notabilizou-se, com *The Black Muslims in America* (1961), trabalho pioneiro e clássico sobre a comunidade e a liderança islâmica negra dos EUA, como importante pesquisador das religiões. Era então próximo de Malcolm X e Martin Luther King Jr.³⁷⁴ quando lançou, em 1964, *My Face is Black*, livro de crítica, cético em relação à negritude, endereçado a membros da nova geração de líderes ativistas, como Louis Lomax, o escritor James Baldwin, e o empresário, diretor-executivo da revista *Ebony*, Lerone Bennet, Jr. Para Lincoln, a formação do bloco racial negro unificado, proposta por esses seguidores de Malcolm X, respondia a um desejo longamente cultivado, de negros poderem finalmente declarar-se moralmente independentes dos “brancos”. Ele apoiou a legitimidade desse propósito liberatório, mas duvidou que ele pudesse vir da “mood ebony”, da aspiração de que a consolidação da “Black community” asseguraria, para e em nome dessa comunidade, direitos e benefícios negados pela sociedade norte-americana³⁷⁵.

Conforme defendeu ele em Copenhague, as características fundamentais da “condição negra” no país, a pobreza das massas e o isolamento das classes médias, não seriam alteradas pelo efeito aglutinador da negritude, apesar da impulsão para a luta por direitos. A recusa a se aceitar e garantir cidadania plena ao negro se construiria, segundo ele, justamente pela separação do grupo da população, sob o argumento da “diferença racial”. Todos os nomes já designados para classificar os descendentes de africanos no país, desde os já datados “persons of color”, “Afro-Americans”, “Negro” e “Negro Americans”, até os recentes “Black Americans” e “Black people”, propostos pelos “malcolmistas”, seriam expressão da clássica estratégia de exclusão norte-americana, que designava, pela nomenclatura racial, sempre em atualização, o lugar e a situação de marginalidade dos grupos³⁷⁶.

Lincoln, como partidário da proposta de “integração” de organizações cristãs do Sul dos Estados Unidos, como a Southern Christian Leadership Conference (SCLC), de Martin Luther King Jr., defendia que o fortalecimento de uma “esfera pública” própria não daria aos negros um novo status. Era taxativo: não haveria espaço para as esperanças dos “nacionalistas” enquanto eles buscassem garantir-se na separação e na “diferença racial”³⁷⁷.

Talcott Parsons (1902-1979) defendeu posição contrária. Ainda respeitado como

374 Cf.: http://www.nytimes.com/2000/05/17/us/c-eric-lincoln-race-scholar-is-dead-at-75.html?_r=0, acessado em 17/12/2015.

375 LINCOLN, C. Eric. “Mood Ebony: The Acceptance of Being Black”. In: ROSE, Peter I. (ed.). *Old Memories, New Moods: Americans from Africa*, volume 2. New Brunswick and London: Aldine Transactions, 2009 [1970].

376 LINCOLN, C. Eric. “Color and Group Identity in the United States”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967), p. 533-4.

377 Idem, *ibidem*, p. 527 e ss.

teórico³⁷⁸, ele deu vazão à opinião, comum entre os conferencistas, de que o “negro” deveria buscar estar compatível com o modelo “pluralista” da sociedade norte-americana. O país, formado de um mosaico de múltiplos grupos, teria nos vínculos de nível comunitário, ele asseverava, sua principal via de inserção na vida social e política nacional. “Negros”, para confirmar seu lugar na sociedade, deveriam, aceitando-se como grupo distinto, consolidar posição própria nesse mosaico. Por isso, para Parsons, a importância do compromisso político, não com a “assimilação”, mas com a “inclusão”, conforme o uso que dele vinham fazendo os “nacionalistas”, com a identificação do negro às origens e populações africanas. Essa era, para ele, a meta adequada à experiência de “americanização”. Para os negros, significaria experimentar o mesmo processo de elevação grupal, aceitação e acomodação social que os judeus, como grupo, já teriam experimentado³⁷⁹.

Essa proposta de “inclusão” não-assimilatória, que também reivindicava o nome de “integração”, foi acompanhada, na Conferência sobre Raça e Cor, de exposições em que se reconheceu a validade do diagnóstico para outras regiões do mundo. A Fundação Ford interessou-se por estes trabalhos, uma vez que serviam ao seu interesse em desenvolver as bases eruditas do combate à “exclusão racial” integrada à sua agenda liberal internacional. Destaque para Julian Pitt-Rivers e Florestan Fernandes, que apresentaram argumentos para aplicação da fórmula de “inclusão”, como a defendida por Talcott Parsons, também na América Latina.

A América Latina em Copenhague

Julian Pitt-Rivers e Florestan Fernandes apresentaram trabalhos bastante próximos. Centrados na análise da situação das populações negras, e na investigação dos padrões que estruturavam as tipologias raciais, ambos sustentaram o diagnóstico de que a modernização levaria o Brasil e a América Hispânica, inevitavelmente, à mesma dinâmica de politização da questão racial dos EUA³⁸⁰. Era a afirmação, perante a Conferência sobre Raça e Cor, de que a América Latina, mesmo com diferenças de grau e padrão, partilhava dos problemas norte-americanos. E que o estágio dessas lutas, nos Estados Unidos, ainda deveria inspirar o restante da América no desenvolvimento de soluções.

378 Parsons dedicou sua vida acadêmica à formulação de uma teoria social. Era de orientação funcionalista, e seu trabalho buscava plasmar o pensamento teórico de Max Weber, Émile Durkheim e Vilfredo Pareto nesse esforço totalizante. Sua grande obra ainda é *The Structure of Social Action*, de 1937.

379 MPAHAHLELE, Ezekiel. *Idem*, *ibidem*, p. 19.

380 David Lowenthal estendeu esse diagnóstico a toda a região caribenha. LOWENTHAL, David. “Race and Color in the West Indians”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967).

Tratava-se de um desafio a teses “freyrianas”³⁸¹. Nessa investida, Julian Pitt-Rivers voltou-se particularmente contra Charles Wagley. Este antropólogo norte-americano havia postulado que diferenças de classe, expostas em vocabulário racial, seriam expressas em vocabulário estritamente classista no futuro, à medida que a mestiçagem aprofundasse a homogeneidade fenotípica das populações³⁸². O momento seria de transição nas sociedades latino-americanas, e, para Pitt-Rivers, ocorreria o contrário. Passava-se de uma era de rígidas hierarquias, em que as categorias de cor eram marcadores sociais, culturais e econômicos, determinando a posição de classe e o status individual, para uma em que se tornaria impraticável equacionar “raça” e “classe”. A mobilidade, a padronização social e o anonimato urbano, associados à modernização e ao desenvolvimento, estariam simplificando os critérios de estratificação. “Raça” e “etnicidade”, futuramente, seriam os mais determinantes princípios de identificação. O conteúdo social ou de classe dessas categorias seria esvaziado em toda a América Hispânica, vaticinava ele, tão logo houvesse mais abertura nas sociedades e menos desigualdade³⁸³.

Esse diagnóstico, nas palavras de Pitt-Rivers, representaria verdadeiro desafio tanto ao “cinismo” das “direitas nacionalistas” quanto para as “suposições” da “esquerda marxista”. Demonstraria, aos primeiros, que eles não poderiam menosprezar o fenômeno da discriminação, justificando-se na comparação aos EUA: os “males do racismo” também afetariam toda a América Latina, particularmente os “não-brancos”, e sem necessitar, para sua eficácia, segundo ele, de análogos do *Jim Crow*. Aos segundos, demonstraria que eles não conseguiriam mais elidir evidências de discriminação racial entre preconceitos de classe. Essa aposta, que apontava os Estados Unidos como espelho e também modelo de futuro, era a de que a emergência da “etnicidade” acompanharia o progresso da modernização material para se tornar, nessa “evolução, um princípio fundamental da vida social”³⁸⁴.

Florestan Fernandes acompanhava essa argumentação em muitos pontos. Ele concordava que um estreito paralelo entre “cor” e status era revelador de uma condição de “atraso”, de um descompasso com a modernidade capitalista que, no Brasil, estaria expressa na hierarquia de seu gradiente de cores, e no uso dessa tipologia racial como um amplo princípio de estratificação. Em particular, acrescentava que o preconceito contra “pretos” e “mulatos”, que seria universal no país, estaria estruturado em um ordenamento social que ainda

381 A postulação de Gilberto Freyre, de que a América Ibérica representava uma via de modernidade diferente e superior à modernidade anglo-saxã e liberal, concentrava boa parte desse esforço de crítica.

382 Para o argumento: WAGLEY, Charles. “On the Concept of Social Race in the Americas”. In: Congreso Internacional de Americanistas. Anais. San José: Lehmann, 1959.

383 PITT-RIVERS, Julian. “Race, Color, and Class in Central America and the Andes”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967).

384 *Idem*, *ibidem*, p. 554-7.

encontrava sua forma na atualização de práticas escravistas. Na esfera do trabalho, segundo ele, estava um dos principais lócus de reprodução dessa herança³⁸⁵.

Sua aposta pessoal era que a não transmissão do vínculo entre cor e situação social à “sociedade de classes em desenvolvimento” possibilitasse às “relações raciais” assumirem forma menos “desigual”, uma vez que se deixasse no passado os princípios hierárquicos anteriormente estruturantes. Embora aceitasse que essa transformação pudesse se dar à medida que progredisse a modernização econômica, como Julian Pitt-Rivers, Florestan Fernandes defendeu, de modo ligeiramente diferente, que essa mudança viria, ou seria facilitada, caso a “raça” fosse transformada em um princípio de organização e ação. A união entre “pretos” e “mulatos” como “negros”, segundo ele, seria o primeiro momento de um programa deste tipo. O segundo, se daria com a unidade desse bloco em torno de metas como a autonomia moral, a consolidação política do grupo e o estabelecimento de novas posturas públicas na reivindicação à plena “integração”³⁸⁶.

Era a convicção de Florestan Fernandes: de que ninguém estaria, na demanda por igualdade, melhor situado que os negros para atacar tanto a “democracia racial” quanto a “revolução burguesa” em razão das promessas democráticas não cumpridas. Para tanto, seria preciso que os negros agissem como uma minoria racial organizada. Este era, segundo ele, o modo de ação mais adequado à disputa dos parâmetros de cidadania estabelecidos em uma sociedade de classes³⁸⁷.

Julian Pitt-Rivers, Florestan Fernandes e David Lowenthal foram exemplares, na Conferência sobre Raça e Cor, da conformidade com o programa de “inclusão racial” e suporte aos “movimentos negros” que dominou o debate na Conferência sobre o Negro-Norte-Americano, e, neste sentido, do acordo sobre a validade internacional de premissas fundamentais, depois conhecidas como Doutrina Moynihan, debatidas naquele evento.

A Doutrina Moynihan

Daniel Patrick Moynihan, quadro do Partido Democrata, e membro de um dos seus pilares de ativismo liberal, a Americans for Democratic Action (ADA), chegou ao Departamento de Trabalho durante o governo de John F. Kennedy (1961-1963). Era uma indicação de Averrel Harriman, ex-governador do estado de Nova Iorque, de quem ele fora

385 FERNANDES, Florestan. “The Weight of the Past”. In: *Daedalus*, v. 96, nº. 2, Color and Race, (Spring, 1967), p. 560 e ss. O texto da conferência, com alterações, foi publicado como “A persistência do passado”, na coletânea de artigos *O negro no mundo dos brancos*, de 1972.

386 Idem, *ibidem*, p. 577-9.

387 Idem, *ibidem*, p. 577-9.

assessor. Durante o primeiro mandato de Lyndon B. Johnson (1963-1965) foi promovido a secretário-assistente. Seu trabalho de formulação política, voltado à fundação de uma política social para a nova legislação sobre direitos e assistência, visada pelo Departamento de Trabalho, está entre as origens do ambicioso programa da administração de Lyndon B. Johnson, o *War on Poverty*, lançado em março de 1964³⁸⁸.

Os negros eram um dos alvos elementares dessa nova política, mas Daniel Patrick Moynihan pretendia que se tornassem um foco prioritário. Suas razões, para tanto, eram táticas, além de técnicas. Para ele, o governo precisava se antecipar às expectativas da população negra, que se reorientariam, após a conquista de direitos civis e as oportunidades abertas em um mercado de trabalho mais dessegregado, para a busca de plena “igualdade social”. Tratava-se de uma oportunidade política: aproveitava-se o descenso do Movimento de Direitos Civis, que não havia avançado agenda específica neste tema, para abrir ao governo, pela primeira vez em anos, a chance de ditar o debate racial. Para desenvolver essa saída, Daniel Patrick Moynihan buscou convencer altos membros da administração Lyndon B. Johnson que havia como realizar programas sociais que disputassem o argumento dos elementos radicais do Poder Negro, e que fossem capazes de conquistar também, ao mesmo tempo, o apoio dos mais conservadores. Essas promessas, ele defendeu, seriam cumpridas com o advento de um novo programa de “reforma da família negra”³⁸⁹.

O argumento de Daniel Patrick Moynihan se sustentava no diagnóstico de que havia uma profunda crise urbana no país, que o negro era o aspecto central desse problema, e que a situação estaria à beira de perder o controle. A família negra era considerada como estando desproporcionalmente presente nas grandes cidades. E, em razão dos seus altos índices de crescimento demográfico, abandono paterno, dependência dos programas de assistência e proporção de lares chefiados por mulheres, também, como a própria expressão do desmoronamento da vida urbana. Este seria, segundo essa argumentação, o círculo vicioso da “cultura da pobreza”: os males sociais que assolavam essa família prejudicavam a formação dos membros, limitavam a busca por novos padrões de vida e status e tornavam seus integrantes imunes aos benefícios e exigências das políticas sociais. Mas, o alerta de Daniel Patrick Moynihan ao Departamento de Trabalho era fundamentalmente político. Destacava que os negros, sem os requisitos de formação e socialização, estavam inabilitados para as “oportunidades” recentemente abertas. A frustração, avaliou ele, teria consequências inestimáveis³⁹⁰.

388 PATTERSON, James T. *Freedom is not enough: The Moynihan Report and America's Struggle over Black Family Life from LBJ to Obama*. New York: Basic Books, 2010, cap. 2-3.

389 PATTERSON, James T. *Idem*, *ibidem*, cap. 2-3.

390 MOYNIHAN, Daniel Patrick. *The Negro Family: A Case for National Action*. Washington DC: Depart-

A solução para esse impasse deveria vir, propunha Daniel Patrick Moynihan, da emulação do *ethos* das classes médias de origem oriental. Elas representavam, conforme essa leitura que focava as comunidades chinesa e japonesa dos EUA, o ciclo perfeito de integração e nacionalização, feito de ascensão social, derrota dos preconceitos de classe e eliminação do “problema racial”. A aposta nesse modelo seguia a convicção de que a “opressão racial” era caracteristicamente privada. Esperava-se, para o futuro, que a “crise urbana” e os males da pobreza fossem solucionados pelo estímulo às famílias negras, que deveriam ser auxiliadas, em substituição aos programas de assistência do governo, a desempenhar funções que outros grupos supostamente desempenhavam por meio das famílias. Essa estratégia deveria passar pelos homens, e ancorava-se na crença de que a habilitação masculina para as funções de provedor e patriarca, considerada frágil no meio negro, transformaria estruturalmente a vida familiar. Como frisou Daniel Patrick Moynihan, ela acarretaria prejuízo à força de trabalho feminina, mas enquanto não fosse a problemática de “direitos civis”, como ele acreditava, tratava-se de buscar nos homens negros instrumentos mais adequados para a impulsão das famílias rumo à forte política de emprego, “reforma urbana” e controle de natalidade prevista³⁹¹.

Essa investida viria a sanar, segundo ele, a dificuldade das famílias negras de assumirem plenas responsabilidades e de usufruírem, concomitantemente, os benefícios da cidadania política e da sociedade de consumo. Tal limitação teria sua origem profunda no passado de escravidão e estaria expressa particularmente no comportamento dos homens. O ultraje, que persistiu na era de segregação racial, teria privado toda a comunidade das âncoras do patriarcado e da forte liderança masculina, desde sempre presentes e estruturantes na vida familiar, e também nos canais de inserção política e comunitária dos demais grupos sociais norte-americanos. O principal emblema desse legado de degradação e excepcionalidade, nessa leitura, era a “matrifocalidade” da família negra. Por meio dela, se renovaria o emasculamento sofrido pelo escravo. Ao privar especialmente aos homens, ela estendaria a toda a comunidade seus efeitos limitantes, na confiança, suporte e experiência perdidos, barrando a expansão dos padrões de realização econômica e elevação social³⁹².

Daniel Patrick Moynihan transpôs esse argumento diretamente de *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*, do historiador Stanley Elkins. Lançado em 1959, o livro integrava-se à tradição erudita de estudos sobre a formação da família negra, que remontava aos estudos pioneiros de W.E.B. Du Bois, realizados no início do

ment of Labor, March 1965, especialmente cap. 2 e 4. In: <http://www.dol.gov/oasam/programs/history/we-bid-meynihan.htm>, acessado em 19/12/ 2015.

391 “Memorandum for the President”, de 5 de março de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Op., cit.

392 MOYNIHAN, Daniel Patrick. Idem, ibidem, especialmente cap. 3.

século XX, às pesquisas de E. Franklin Frazier, feitas durante os anos 1930, e à síntese sociológica do clássico de 1944, *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*, de Gunnar Myrdal³⁹³. Stanley Elkins empregava a teoria da infantilização, desenvolvida pelo psicólogo Bruno Bettelheim para o estudo da personalidade de ex-internos de campos de concentração, para reforçar, por analogia, que escravos vivenciaram uma experiência de privação igualmente radical, e que a estrutura familiar negra representava um legado fundamental dessa experiência. Era dessas conclusões que Daniel Patrick Moynihan partia para conclamar o governo norte-americano, como a forma adequada de se atacar a “pobreza negra”, a “restituir” a autoridade familiar e a função de provedor ao homem negro. Para que nele se fortalecesse a estabilidade e a autossuficiência familiar³⁹⁴.

A proposta final de Daniel Patrick Moynihan ao Departamento de Trabalho, de março de 1965, se beneficiou dos seminários de 1964 da Academia Americana de Artes e Ciências, preparatórios à Conferência sobre o Negro Norte-Americano. Na Universidade de Harvard, ele apresentou *One-Third of a Nation*. Essa primeira versão de texto foi aprimorada, na ocasião, no debate com dois psicólogos que publicavam, naquele momento, trabalhos bem documentados, afinados às suas teses: Kenneth B. Clark, com *Dark Ghetto: Dilemmas of Social Power*, e Thomas Pettigrew, com *A Profile of the Negro American*³⁹⁵. A Academia Americana de Artes e Ciências, ao apoiar essa vertente de discussão, tornou a Conferência sobre o Negro Norte-Americano um palco privilegiado para a acolhida ao programa de Daniel Patrick Moynihan de “integração racial” e intervenção familiar.

Clifford Geertz, que havia acabado de publicar *Agricultural Involution: The Processes of Ecological Change in Indonesia* (1963), estava entre os debatedores da Conferência sobre o Negro Norte-Americano que melhor contribuiu, teoricamente, para a defesa dessas medidas de “modernização” familiar. Para ele, a “matrifocalidade” representava verdadeiro impedimento à equiparação dos negros ao padrão de renda e status nacional. Como pesquisador da Indonésia pós-colonial, e especialista em “políticas de desenvolvimento”, Clifford Geertz defendeu, sustentando-se em exemplos etnográficos, que a forma matrilinear de parentesco³⁹⁶ concentrava poder político na ordem familiar e sobre as mulheres. A “matrifocalidade” não estaria consignada aos requisitos de ação do princípio ocidental de “progresso”, e seria disfuncional em sociedades plenamente desenvolvidas, uma

393 PATTERSON, James T. Idem, *ibidem*, p. 26-36.

394 MOYNIHAN, Daniel Patrick. Idem, *ibidem*, cap. 3 e 5.

395 PATTERSON, James T. Idem, *ibidem*, cap. 3, *passim*.

396 A que segue a linhagem materna na definição das regras de transmissão da herança e na formação e organização da ordem familiar. Nesta forma de parentesco, o tio ou o irmão materno costumam ser transfigurados em figura paterna, e sua posição torna-se o princípio e o sentido da descendência.

vez que estagnaria a função econômica dos homens. Era o que ele dizia se verificar entre os negros nos EUA, em semelhança à boa parte das sociedades matrifocais conhecidas. Sua cultura seria modelada pela posição marginal dos homens na estrutura familiar, por sua vez, transposta para o ordenamento estrutural de classes. Neste arranjo, os homens estariam socialmente imobilizados, sem opções para elevar seu status. A situação das mulheres seria equivalente: sem ter sua autoridade reconhecida fora da comunidade negra, sua atuação frustraria as oportunidades de mobilidade familiar³⁹⁷.

Talcott Parsons, Oscar Handlin³⁹⁸ e G. Franklin Edwards³⁹⁹, acompanhados de John B. Turner e Whitney M. Young, da National Urban League, lideraram a frente da Conferência sobre o Negro Norte-Americano de apoio à tese do fortalecimento do provedor masculino. Este seria o caminho ideal para se fazer justiça à “desumanização” e “exclusão” dos descendentes de escravos e, segundo eles, para adequá-los também à economia competitiva da moderna civilização norte-americana. Eles defendiam o *melting pot* como a via de acesso único ao *mainstream* da sociedade, e reivindicavam, conformemente, a adesão a novos padrões de comportamento. Por isso, a aposta na construção de um novo perfil de liderança masculina, que possibilitasse, segundo a proposta de Daniel Patrick Moynihan, o estabelecimento da coesão e da solidariedade racial, o desenvolvimento das bases econômicas negras e a consolidação de novos quadros políticos⁴⁰⁰.

A Conferência sobre o Negro Norte-Americano consolidou toda uma frente intelectual de ataque ao chamado “integracionismo”, firmando no debate a avaliação de que a radicalização da dessegregação, pretendida pelo Movimento dos Direitos Civis, não traria o “equilíbrio racial”. O segmento de conferencistas formado por Oscar Handlin, Thomas Pettigrew, Martin Kilson, Ralph Ellison, C. Vann Woodward, Everett C. Hughes⁴⁰¹, Edwin C. Berry⁴⁰² e Philip Hauser⁴⁰³ estava unido em torno desse argumento, e postulava, em conjunto, que a face pública da vida social poderia ser alterada pela experimentação com formas mais

397 “Transcript of the American Academy Conference on the Negro American: May 14-15, 1965”. In: *Daedalus*, v. 95, nº. 1, *The Negro American – 2* (Winter, 1966), especialmente, p. 296-7, 304.

398 Reconhecido estudioso das migrações, foi laureado com o prêmio Pulitzer Prize de História de 1951, com *Uprooted: The Epic Story of the Great Migrations That Made the American People*.

399 Diretor e conselheiro de comissões ligadas à administração do Distrito de Columbia (Washington D.C.), era pesquisador da “classe média negra”, autor de *The Negro Professional Class*, de 1959.

400 Vide: “Transcript of the American Academy Conference on the Negro American: May 14-15, 1965”. *Idem*, *ibidem*, p. 291, 300-1, 313-4, 400-2.

401 Sociólogo e professor da Universidade Brandeis, era ex-presidente da American Sociological Association (ASA).

402 Era o diretor da seção de Chicago da National Urban League.

403 Sociólogo, diretor do National Opinion Research Center.

abertas de relacionamento político e pessoal, mas que elas seriam incapazes de alterar o aspecto estrutural das desigualdades. O “problema negro” persistiria, segundo o grupo, até que se alcançassem os requisitos da realização econômica, do fortalecimento político grupal e da elevação cultural exigidos para a adesão ao cadinho (*melting pot*). Como Daniel Patrick Moynihan e o sociólogo Nathan Glazer já haviam defendido em *Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians and Irish of New York City* (1963)⁴⁰⁴, essa fórmula clássica da “nacionalização” norte-americana seria incompatível com as perspectivas de “integração racial”. No país, a cidadania não seria conferida a indivíduos, em primeiro lugar, mas às pessoas, enquanto integrantes de grupos particulares⁴⁰⁵.

A posição dessa frente de autores, neste sentido, era que a “integração” era uma falsa questão, e que as aspirações negras seriam mais bem descritas pela ideia de “inclusão”. O ponto de vista de Talcott Parsons era o mesmo de Nathan Glazer, para quem o princípio de organização da sociedade norte-americana seria sempre “étnico”, e nunca “cego à cor”⁴⁰⁶. Significava que as posturas públicas e as formas de tratamento social não deveriam ser pensadas como um princípio de ação, uma ética, como defendiam os “integracionistas”, mas como um resultado da “tolerância racial”. Essa postura acompanharia a própria “evolução” do negro, afirmou Talcott Parsons: a tolerância seria desfrutada por completo quanto mais próximo o negro estivesse da inclusão no cadinho nacional⁴⁰⁷.

Assegurar o engajamento dos negros a essa tradição do *melting pot*, segundo Talcott Parsons, era talvez quase tão importante por razões externas, do que era por razões de política doméstica. O alinhamento ao princípio étnico-racial do cadinho, defendeu ele na Conferência sobre o Negro Norte-Americano, representava uma oportunidade diplomática para o país, já que asseguraria, com a existência de um grupo racialmente bem definido, uma vitrine de divulgação permanente das agendas dos EUA para os “problemas raciais”, em especial, para as “populações de cor” na África e América Latina. A vantagem estava em permitir modular melhor as posições do país para o “Terceiro Mundo”, ao possibilitar, tendo em vista o esforço em criar pontes do mundo com as populações que formavam os Estados Unidos, formas de afirmação mais atraentes e menos defensivas, por exemplo, frente à questão da descolonização⁴⁰⁸.

Talcott Parsons partia dessa argumentação ao chamar os conferencistas a apostarem,

404 Laureado com o Anisfield-Wolf Book Awards de 1964.

405 “Transcript of the American Academy Conference on the Negro American: May 14-15, 1965”. Idem, *ibidem*, p. 321-3, 402-4, 406, 437-440.

406 GLAZER, Nathan. “A New Look at the Melting Pot”. In: *The Public Interest*, nº. 16, Summer 1969.

407 “Transcript of the American Academy Conference on the Negro American: May 14-15, 1965”. Idem, *ibidem*, p. 401-4.

408 Idem, *ibidem*, p. 411-2.

nessa estratégia de agendamento, no potencial político dos “movimentos negros”. Seu papel, dali em diante, se tornaria fundamental, segundo ele, para o desenvolvimento de certas posições vistas como favoráveis. Em primeiro lugar, estes movimentos sociais trabalhariam o requisito da manutenção dos negros como um grupo racial. Em segundo, para fins domésticos e externos, buscariam demonstrar que o princípio do cadinho não levava à segregação, mas ao sucesso econômico e cultural. O projeto era que os “movimentos negros”, uma vez comprometidos com a modernização social e a galvanização identitária, se tornassem espaços para uma forte política de formação de quadros e divulgação. Era parte desse interesse utilizá-los como arma da propaganda democrática norte-americana, para frisar, nessa investida, o potencial dos Estados Unidos em produzir, a partir de si mesmo, soluções para a “exclusão” e o “racialismo”. O propósito era amplo e antigo: colaborar para tornar o racismo uma questão menor no debate internacional sobre o país⁴⁰⁹.

Nathan Glazer e Daniel Patrick Moynihan vislumbraram o mesmo em *Beyond the Melting Pot*. A criação de um cenário que permitisse aos EUA trabalhar sua imagem junto àquela que era, para eles, a melhor definição de Nova Iorque: um lugar que devia a vitalidade de sua vida social e cultural, precisamente, à riqueza e consistência de suas configurações raciais⁴¹⁰.

Em 4 de junho de 1965, Lyndon B. Johnson discursou para uma plateia majoritariamente negra, na Universidade Howard, em Washington DC, sintetizando a proposta de agenda pública consolidada nos trabalhos da Conferência sobre o Negro Norte-Americano. O pronunciamento, escrito por Daniel Patrick Moynihan e pelo redator oficial do presidente, Richard Goodwin, e revisto por Roy Wilkins e Whitney Young, os diretores da NAACP e da National Urban League⁴¹¹, era o anúncio de que a Casa Branca adotaria medidas especiais de política social para os negros. Lyndon B. Johnson, naquele momento, às vésperas da tramitação da Lei de Direitos de Voto, pelo Capitólio, disse ser sua intenção assegurar a conquista da “igualdade como fato e como resultado”, para não permitir que os males duradouros da escravidão, o despreparo cívico e cultural dos negros, e também a pobreza, anulassem o impacto da aplicação da nova legislação civil⁴¹².

Do rápido acolhimento governamental à Doutrina Moynihan, entretanto, seguiu-se

409 Idem, *ibidem*, p. 411-2.

410 GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel Patrick. *Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians and Irish of New York City*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1970 [1963].

411 “Memorandum for the Secretary”, de Moynihan para W. Willard Wirtz, de 4 de junho de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). *Idem, ibidem*, p. 108.

412 President Lyndon B. Johnson’s Commencement Address at Howard University: “To Fulfill These Rights”; June 4, 1965. In: <http://www.lbjlib.utexas.edu/johnson/archives.hom/speeches.hom/650604.asp>, acessado em 17/01/2016.

o ressentimento público de Lyndon B. Johnson com o Levante de Watts, acontecido dias após a aprovação da Lei de Direitos de Voto, em 6 de agosto. O presidente, tendo considerado os distúrbios na Califórnia uma expressão de desprezo pelo seu esforço de governo, decidiu abortar das ações de combate à pobreza, que compunham o *War on Poverty*, todos os programas que confeririam prioridade à população negra⁴¹³. Isolado, Daniel Patrick Moynihan exonerou-se logo depois⁴¹⁴.

Lyndon B. Johnson promoveu, a partir de então, uma guinada nas prioridades da sua administração, o que incluía o início a uma grande escalada na Guerra do Vietnã. Daniel Patrick Moynihan retornou ao governo em 1969, como assessor especial de Richard Nixon para assuntos urbanos. Durante esse tempo de afastamento, a popularidade de sua proposta de “reforma racial” apenas cresceu, impulsionada por apoiadores e detratores. Na função de assessor presidencial, que exerceu até 1973, ele retomou uma ambição, sustada em 1965⁴¹⁵: contra as fortes pressuposições internacionais correntes, demonstrar que graças ao seu *melting pot*, os EUA haviam solucionado o problema das “minorias nacionais”.

Este cadinho teria produzido também uma liderança negra de inspiração mundial, mas faltaria aos negros, reclamava Daniel Patrick Moynihan, fazerem justiça aos méritos da cultura norte-americana na sua formação e ascensão global. Neste sentido, sua identidade com Stephen R. Graubard na Conferência sobre o Negro Norte-Americano, que defendeu o envolvimento de intelectuais e organizações civis nesse esforço de convencimento⁴¹⁶.

413 HORNE, Gerald. Idem, *ibidem*, capítulo 10. PATTERSON, James T. Idem, *ibidem*, cap. 4. BORSTELMANN, Thomas. *The Cold War and the Color Line: American Race Relations in the Global Arena*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2001, p. 191.

414 PATTERSON, James T. Idem, *ibidem*, cap. 4.

415 Nos termos do memorando a Harry C. McPherson Jr, de 12 de março de 1965. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, *ibidem*, p. 99.

416 S. R. G. [Stephen R. Graubard]. “Preface to the Issue ‘The Negro American – 2’”. In: *Daedalus*, v. 95, nº. 1, The Negro American – 2 (Winter, 1966), p. iii.

A reforma dos “movimentos negros”

Daniel Patrick Moynihan foi abandonado pela maioria de seus antigos interlocutores na temática racial à medida que sua reputação ia sendo ferida publicamente por acusações de racismo e sexismo⁴¹⁷. Os órgãos do governo de Lyndon B. Johnson a quem se endereçava sua proposta de reforma da família o desprezaram, inclusive por sua aliança com adversários Democratas dessa administração, como Robert F. Kennedy⁴¹⁸. Mesmo assim, aspectos fundamentais da sua Doutrina eram acolhidos particularmente entre os mais críticos à sua fundamentação, dentre as quais, organizações que disputavam então a definição dos sentidos do Poder Negro.

Era o que se verificava do amplo monitoramento das instituições tradicionalmente negras de ensino superior dos EUA, encomendado pela Fundação Ford à psicóloga Patricia Gurin, da Universidade de Michigan, e ao sociólogo Edgar Epps, da Universidade Tuskegee, para avaliação às novas e emergentes formas de “ativismo estudantil”. O relatório final dos dois especialistas, origem do livro *Black Consciousness, Identity and Achievement: A Study of Students in Historically Black Colleges* (1975), remontava a pesquisas iniciadas ainda em 1967. O trabalho desdobrava-se em apresentar duas descobertas factuais da pesquisa: os questionáveis pressupostos da Doutrina Moynihan, e a verificação de que vertentes do “nacionalismo negro” haviam se reconhecido neles⁴¹⁹.

Relativamente à primeira questão, Patricia Gurin e Edgar Epps buscaram demonstrar que a origem e o nível de renda eram fatores mais importantes no desempenho escolar que as bases familiares. E acrescentaram que estes fatores eram determinantes para a definição dos níveis de engajamento estudantil. Os quadros política e intelectualmente mais ambiciosos eram integrados por negros deslocados entre posições de status, fundamentalmente. Segundo eles, por jovens urbanos, de origem rural, que ingressavam no escalão inferior da classe média. Ainda segundo esta avaliação, as mulheres não deteriam poder ou expectativas superiores às dos homens. Nada que fosse equivalente à posição de preeminência doméstica e comunitária a elas referida na hipótese da “matrifocalidade”⁴²⁰.

417 Particularmente pelos negros, mas não apenas. Daniel Patrick Moynihan buscou, por várias vezes, reaver a simpatia de Gunnar Myrdal, tentando convencê-lo de que sua análise da família negra prestava tributo à de American Dilemma. Vide as cartas de 5 de dezembro de 1965 e de 14 de janeiro de 1966. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, ibidem, p. 110-1, 115-6.

418 PATTERSON, James T. Idem, ibidem, p. 75.

419 KATZ, Irwin. Cooperative Research on Race Relations with Tuskegee Institute. Relatório final de março 1974. In: Rockefeller Archive Center. Ford Foundation Records. Grant Files. Reel n.º. 1834. Grant Number 67-213. “Appendix”, cap. 1.

420 Idem, ibidem.

A consolidação “racial” e econômica da “comunidade negra”, proposta na Doutrina Moynihan, era execrada em vários aspectos da sua fundamentação, mas, mesmo assim, recebia crescente acolhida. Esse movimento de convergência foi notado pelos autores. Particularmente, na trajetória do Student Nonviolent Coordinating Committee (SNCC). Importante entidade estudantil sulista, que passara de grupo de protesto e de direitos civis à militância partidária do nacionalismo negro⁴²¹.

O SNCC era considerado a “linha de frente” do “movimento dos direitos civis”. Os marcos de sua atuação eram a não violência, a desobediência civil e técnicas de “ação direta” recuperadas do pacifismo de Gandhi e do idealismo cristão de tradição norte-americana. Para a crítica de época, ela era a responsável por imprimir maior nível de radicalidade ao esforço de dessegregação e luta por liberdades civis e políticas, não apenas entre as organizações que atuavam com as mesmas táticas que ela, como o CORE⁴²² e a SCLC, de Martin Luther King, Jr., como também entre as organizações voltadas à litigação jurídica e práticas de lobby, como a National Urban League e a NAACP⁴²³.

Fundado em abril de 1960, o SNCC galvanizou o movimento de protesto estudantil contra a segregação de espaços públicos, envolvendo-se em ações de grande impacto público. Dentre elas, as “ocupações” promovidas pelos *Freedom Riders* em estabelecimentos comerciais e no transporte de passageiros; o registro de eleitores negros, através do ambicioso “Mississippi Summer Project”; e a participação nas marchas à Washington, em 1963, e entre Selma e Montgomery, Alabama, em março de 1965. Fundamentalmente, eram campanhas destinadas a promover o chamamento à ação governamental contra o *Jim Crow*, e que expusessem as esferas de governo à crítica nacional e internacional⁴²⁴.

Em 1965, a organização iniciou um profundo processo de transformação. O fracasso do coletivo de organizações de direitos civis⁴²⁵, integrado pelo SNCC, em ingressar no colégio eleitoral segregado do Partido Democrata no Mississippi⁴²⁶, em novembro de 1964, e a violenta repressão à marcha em Selma, consolidaram a convicção de que eram ineficazes as técnicas de mobilização, as alianças políticas e a filosofia pacifista. A escalada da violência e a

421 Idem, ibidem.

422 Fundado em 1942, em Chicago, o CORE era a mais antiga entre essas organizações no uso de técnicas de resistência não violenta contra a segregação. Tinha bases urbanas, inter-raciais, e marcante presença de mulheres e judeus do norte dos EUA.

423 Vide aquele que ainda é o trabalho de referência sobre o SNCC: CARSON, Clayborne. In *Struggle: SNCC and the Black Awakening of the 1960's*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1995 [1981], passim.

424 Idem, ibidem.

425 O Council of Federated Organizations (COFO).

426 O que foi tentado pela COFO através do Mississippi Freedom Democratic party (MFDP), criado como tendência partidária para disputar as eleições primárias no estado.

indisposição das esferas de governo em ceder ou negociar sustentavam esse diagnóstico⁴²⁷. O sentimento de traição em relação à Lyndon B. Johnson e aos liberais do ADA, do Partido Democrata, era ainda maior. Os quadros do SNCC consideravam-se vítimas de uma armadilha, montada por esses ex-aliados. Eles conseguiram do Movimento dos Direitos Civis a suspensão dos protestos pela dessegregação, que havia optado pelo registro de eleitores para gerar uma exposição internacional menos negativa para a Casa Branca. Em troca da maior diligência e boa-vontade governamental prometidas, respondeu-se com o descumprimento de acordos e o lançamento de uma ofensiva policial⁴²⁸.

As queixas de incompatibilidade com as várias organizações de direitos civis cresceram após a “traição” por aliados no governo, e as pressões da comunidade estudantil negra, que demandava rompimento, conduziram a organização, na análise de Patricia Gurin e Edgar Epps, a uma completa reorientação⁴²⁹. Os direitos civis e a resistência não violenta, os objetivos originais do autodeclarado “radicalismo humanista” do SNCC, foram substituídos, juntamente com interesse em Albert Camus e Karl Marx como referências teóricas⁴³⁰, pela adesão à metas “nacionalistas”. O investimento identitário na noção de negritude, a recuperação ideológica da prática da violência na política, e a aposta na criação de elites e estruturas corporativas negras, ganhavam o centro das atenções da organização. Desse momento em diante, o SNCC se retirava de duas atividades fundamentais, o trabalho de “educação política comunitária” e de criação institucional, concentradas no *Deep South*, para atuar exclusivamente nos campi universitários e grandes cidades⁴³¹.

Embora a relevância política do SNCC mal tenha sobrevivido ao fim dos anos 1960, a guinada realizada, segundo os consultores da Fundação Ford, tornou-se exemplar da ética de “liberação racial” que firmou raízes no debate do Poder Negro. A elevação da autoestima, o controle comunitário, a construção da unidade de classe e raça e a resistência armada, propostas como uma nova agenda para os negros dos EUA, ganharam destaque através de

427 Vide análise de: FINLEY, Randy. “Crossing the White Line: SNCC in Three Delta Towns, 1963-1967”. In: *The Arkansas Historical Quarterly*, v. 65, nº. 2 (Summer, 2006). JEFFRIES, Hasan Kwane. “SNCC, Black Power, and the Independent Political Party Organizing in Alabama, 1964-1966”. In: *The Journal of African American History*, v. 91, nº. 2 (Spring, 2006). STREET, Joe. “Reconstructing Education from the Bottom Up: SNCC’s 1964 Mississippi Summer Project and African American Culture”. In: *Journal of American Studies*, v. 38, nº. 2, (Aug., 2004). JOSEPH, Peniel E. “Dashikis and Democracy: Black Studies, Student Activism, and the Black Power Movement”. In: *The Journal of African American History*, v. 88, nº. 2, (Spring, 2003).

428 KOPKIND, Andrew. “Neglect of the Left: Allard Lowenstein”. In: *Grand Street*, v. 5, nº. 3 (Spring, 1986), p. 238-9.

429 KATZ, Irwin. Idem, *ibidem*, “Appendix”, capítulo 1.

430 CARSON, Clayborne. Idem, *ibidem*, “Introduction”.

431 KATZ, Irwin. Idem, *ibidem*, “Appendix”, capítulo 12.

uma apropriação bem particular, que o SNCC promoveu, de Frantz Fanon e seu princípio de luta anticolonial⁴³².

Harold Cruse (1916-2005), ex-membro do Partido Comunista dos Estados Unidos, então convertido em anticomunista, foi particularmente influente no desenvolvimento disso o que se tornou conhecido como “analogia colonial”, a ideia de que as guerras de liberação nacional forneciam um modelo de luta contra a “condição colonial” do negro. Ele era o autor de *The Crisis of the Negro Intellectual* (1967), longo manifesto contra a “integração racial” e as esquerdas, e de afirmação pessoal em relação ao Poder Negro, e vinha argumentando, desde 1962, sobre o potencial estratégico do separatismo e da união de “raça” e classe. No ensaio “Revolutionary Nationalism and the Afro-American”, publicado, naquele ano, na *Studies on the Left*⁴³³, Harold Cruse fez um chamamento à que a “massa negra” e sua pequena burguesia se unissem na formação da “vanguarda da luta anticolonial”. O trabalho dessa frente, que precisaria da adesão do “lumpemproletariado” para ficar completa, era combater a grande “burguesia negra”, o principal inimigo do esforço de “liberação”, porque, segundo ele, seus compromissos com o “*establishment* branco” impediam os avanços. Ele defendia, nessa argumentação, que as “revoluções burguesas” tinham um potencial liberador, por terem possibilitado, através da tomada de “mercados”, que a formação nacional de países do “Terceiro Mundo” se realizasse com efeitos distributivos e democratizantes. Este seria o sentido do “separatismo racial”. Primeiro, alavancar a união do lumpen à “liderança liberadora”. Segundo, uni-los contra a “burguesia colonizada” dos grupos “integracionistas”. Por fim, lançar as bases de uma “revolução burguesa” que permitisse aos “afro-americanos” usufruir dos seus potenciais ganhos políticos e de mercado⁴³⁴.

O programa de Harold Cruse para a realização do Poder Negro era uma recuperação das metas de “elevação social” formuladas por Booker T. Washington (1856-1915). O fundador do Instituto Tuskegee havia proposto que objetivos como unidade racial, autoajuda econômica, disciplina de trabalho, obediência à lei, treinamento vocacional, puritanismo moral, separação do “branco” e criação de uma esfera pública própria constituíssem, então, auge do *Jim Crow*, a agenda fundamental de toda a comunidade negra⁴³⁵. Harold Cruse estava

432 Idem, *ibidem*.

433 Publicação da Nova Esquerda.

434 CRUSE, Harold W. *Rebellion or Revolution?* Minneapolis and London: Minnesota University Press, 2009 [1968], p. 74-96. Vide, para uma análise da aposta de Harold W. Cruse nas “revoluções burguesas”: HAYWOOD, Harry & HALL, Gwendolyn Midlo. “Is the Black Bourgeoisie the Leader of the Black Liberation Movement?” In: *Soulbook 5: The Quarterly Journal of Revolutionary Afroamerica*, Summer 1966, p. 70-5.

435 FERGUSON, Karen J. “Caught in ‘No Man’s Land’: The Negro Cooperative Demonstration Service and the Ideology of Booker T. Washington, 1900-1918”. In: *Agricultural History*, v. 72, nº. 1 (Winter, 1998), p. 33.

defendendo, em 1968, em “Behind the Black Power Slogan”, que os herdeiros políticos e intelectuais de Booker T. Washington assumissem de vez a renovada validade desse antigo programa, e voltassem o Poder Negro para aquilo o que, segundo ele, deveria ser sua verdadeira aspiração: realizar o projeto nacionalista de poder da “pequena burguesia negra”. Era um chamamento particular aos “malcolmistas”, e tinha em vista o próprio SNCC. A busca por autonomia e desenvolvimento econômico, que a organização realizava, em seu trabalho de base, através da associação do trabalhador rural a quadros de classe média, era considerada por ele uma das melhores expressões dessa retomada ideológica⁴³⁶.

Harold Cruse consagrava uma proposta de Poder Negro que encontrava seus principais sustentáculos na oposição à chamada “esquerda internacionalista negra”, integrada, segundo ele próprio, por nomes como W.E.B. Du Bois, Julian Mayfield, Richard Wright e Chester Himes. Esta tendência intelectual estaria consagrada aos pressupostos analíticos marxistas, além de estar aliada aos “liberais brancos”. Essa conformação estaria sendo responsável por fortalecer, na atuação do grupo, aquilo o que seriam seus dois grandes princípios a combater: a internacionalização do debate racial dos EUA, e a dotação das questões de classe de um poder de determinação superior⁴³⁷.

Harold Cruse, na imprecisão contra estas lideranças, então exiladas em Gana e Europa, acusava as visões cosmopolitas e internacionalistas de mobilização política de dissipação, e de serem insensíveis às demandas domésticas das “massas negras”. Sua exortação à população e intelectuais negros era para que buscassem principalmente a edificação da identidade e da autenticidade do nacionalismo “afro-americano”⁴³⁸. O estabelecimento da condição de “minorias raciais” era considerado o passo fundamental. Mas, para a almejada construção de esfera pública e centros de influência econômica e cultural próprios, seria preciso, antes, realizar o rompimento com os marxistas norte-americanos e demonstrar, em oposição, a centralidade do “racismo branco” na exclusão dos negros⁴³⁹.

A Fundação Ford movimentou-se para acompanhar o CORE e o SNCC tão logo se

436 CRUSE, Harold W. *Idem*, *ibidem*, especialmente p. 201-2, 211.

437 HALL, Jacquelyn Dowd. “The Long Civil Rights Movement and the Political Uses of the Past”. In: *The Journal of American History*, v. 91, nº. 4, (Mar., 2005), p. 1253-4.

438 GAINES, Kevin. “The Cold War and the African American Expatriate Community in Nkrumah’s Ghana”. In: SIMPSON, Christopher (ed.). *Universities and Empire: Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War*. New York: Free Press, 1998, p. 135 e ss.

439 Posição que veio a ser assumida pelo SNCC e pelo CORE, ao definirem, em 1966, de forma para elas inédita, o veto à filiação inter-racial e cláusulas de restrição política. Combinadas, elas possibilitaram a expulsão dos integrantes “brancos” e também a de certos integrantes negros, como Angela Davis, membro do Partido Comunista, então, filiada ao SNCC da Califórnia. CARSON, Clayborne. *Idem*, *ibidem*, cap. 17.

manifestou nelas a afirmação desses princípios do Poder Negro⁴⁴⁰. Ela encerrou ainda em 1965 seu suporte aos programas experimentais de dessegregação, criação de redes e fóruns políticos inter-raciais e o registro de eleitores, característicos de sua atuação desde o início dos anos 1950⁴⁴¹. Em janeiro de 1967, sua política doméstica foi reorientada para programas de “fortalecimento identitário”, econômico e educacional negro, o que foi feito com um aporte inicial de recursos da ordem de 7,09 milhões de dólares⁴⁴². Essa primeira dotação, conferida a um Comitê Gestor formado com parte da equipe reunida na Conferência sobre o Negro Norte-Americano⁴⁴³, teve como sua principal atribuição o agenciamento. Pretendia-se o apoio ou contratação de quaisquer projetos políticos ou acadêmicos que se mostrassem promissores no processo de “evolução étnica” dos negros, esperando-se deles, concomitantemente, o ataque à pobreza e a acomodação do ímpeto de autodeterminação do Poder Negro. A Fundação Ford, neste seu novo compromisso com o cadinho e a inclusão do negro, transferia a “questão racial” da esfera de “direitos políticos”, em que era anteriormente alojada na instituição, para a dos programas de “desenvolvimento social” e “reforma urbana”⁴⁴⁴.

O movimento era de convergência entre a Fundação Ford e a proposta de “revolução burguesa” de Harold W. Cruse. Nada estranho, já que ela vinha há anos desenvolvendo sua própria “analogia colonial”. David E. Bell, ex-diretor da United States Agency for International Development (USAID) [1962-6], vice-presidente executivo da Fundação Ford e diretor da sua Divisão de Assuntos Internacionais (1967-1980), estava entre os defensores de que se passasse a aplicar aos negros, sendo eles a fração “subdesenvolvida” do país, as mesmas políticas aplicadas externamente contra o “subdesenvolvimento”. Ele teria convencido o presidente da instituição (1967-1979), McGeorge Bundy, de que a questão racial pedia a

440 FERGUSON, Karen J. “Organizing the Ghetto: The Ford Foundation, CORE, and White Power in the Black Power Era, 1967-1969”. Idem, *ibidem*, p. 85.

441 Intervenção que se realizou principalmente através do Southern Regional Council, instituição utilizada como canal de recursos para a maioria das organizações de direitos civis: American Friends Service Committee, Carrie Chapman Catt Memorial Fund, National Urban League, NAACP, e, através da COFO, na primeira metade dos anos 1960, também para o SNCC, CORE e SCLC. Vide: Interview with Leslie W. Dunbar, December 18, 1978. Interview G-0075. Southern Oral History Program Collection (#4007). In: <http://docsouth.unc.edu/sohp/G-0075/G-0075.html>, acessado em 21 de janeiro de 2016.

442 Em valores de 2014, segundo o índice Purchasing Power Calculator de correção do dólar. 1 milhão de dólares em valores da época. Vide: <https://www.measuringworth.com/uscompare/>, com acesso em 21 de janeiro de 2016.

443 O Comitê Gestor era composto por Edwin Berry, Oscar Cohen, Kenneth B. Clark, Robert Coles e Thomas Pettigrew, que integraram os grupos de trabalho da Academia Americana de Artes e Ciências, e por James Coleman, da Universidade Johns Hopkins; Stuart Cook, da Universidade do Colorado; Otis Dudley Duncan, da Universidade de Michigan; R. A. Gordon, da Universidade da Califórnia em Berkeley; Gerald Somers, da Universidade do Wisconsin; John Morsell, da NAACP; e pelo jornalista Christopher Jencks.

444 “Social Science Research on Race and Poverty”. Projeto anexo à carta de John R. Coleman para McGeorge Bundy, de 21 de janeiro de 1967. Op., cit.

aplicação doméstica dos programas de “formação nacional”, empregados por eles na agenda social de modernização do “Terceiro Mundo”. Tratava-se de voltar para os distúrbios nas degradadas e convulsionadas comunidades negras das grandes cidades dos EUA o mesmo objetivo global do estabelecimento da “paz social”, frisando-se a mesma estratégia de base: formação e arregimentação de recursos humanos e lideranças⁴⁴⁵.

A estratégia estabelecida pretendia orientar os negros a firmarem um compromisso ideológico com a noção de “pluralismo racial”, o princípio de que pode haver um governo ao mesmo tempo de elites e representativo da “diversidade racial”. Ao buscar pessoas e organizações ligadas ao Poder Negro identificados a essa orientação, a Fundação Ford mirou principalmente as universidades e o universo das artes. Os “afrocentristas” mostraram-se, desde o início, os mais afinados politicamente, e os mais comprometidos na oposição à “ética da violência” e às lutas antiestatais que, então, se afirmavam como hegemonia no Poder Negro⁴⁴⁶. Embora partilhassem com outros segmentos a mesma reivindicação à herança de Malcolm X e a rejeição a Martin Luther King Jr., os “afrocentristas” assumiam seu projeto de “liberação política” em termos e dimensões que eram principalmente individuais e psicológicos. Nisso, empregavam o vocabulário “fanoniano” que Harold Cruse ajudou a construir⁴⁴⁷. Como definiram Patricia Gurin e Edgar Epps para seus leitores na Fundação Ford, o forte apelo à identificação com símbolos culturais africanos e a valorização estética do corpo negro haviam se tornado, desde o fim do SNCC e CORE como organizações, no início dos anos 1970, em meta política fundamental, senão única, da comunidade estudantil “negra” norte-americana. Mérito dos “afrocentristas”, segundo os consultores. Eles teriam delineado “beneficamente” as “questões psicológicas da identificação racial como a razão de ser das atividades estudantis”⁴⁴⁸.

Os “afrocentristas” vinham obtendo, no meio estudantil, forte acolhida para suas propostas de “revolução burguesa” e para a sua introjeção, na comunidade negra, de formas esteticamente “africanizadas” do *ethos* das classes médias⁴⁴⁹. Havia, entretanto, duas outras motivações para a disposição da Fundação Ford em colaborar, não apenas com estes grupos, mas com os outros segmentos do Poder Negro. A primeira, era o ideal masculino de liderança, que os órgãos “nacionalistas” valorizavam em termos semelhantes ao da Doutrina Moynihan

445 FERGUSON, Karen J. Idem, *ibidem*, p. 85-87.

446 FERGUSON, Karen. *Top Down: The Ford Foundation, Black Power, and the Reinvention of Racial Liberalism*. Idem, *ibidem*, “Introduction”, *passim*.

447 A condição de principais adversários de organizações como o Partido dos Panteras Negras se valia destas diferenças. HORNE, Gerald. “‘Myth’ and the Making of ‘Malcolm X’”. In: *The American Historical Review*, v. 98, nº. 2 (Apr., 1993), p. 440 e ss.

448 KATZ, Irwin. Idem, *ibidem*, “Appendix”, capítulo 1, p. 6.

449 HORNE, Gerald. *Fire This Time: The Watts Uprising and the 1960s*. Idem, *ibidem*, cap. 9.

de “resgate” do homem negro. A segunda, era a aposta comum na formação e política de elites, particularmente em órgãos mais institucionalizados e verticais como a NAACP e National Urban League. Essas mútuas perspectivas se acomodavam bem aos interesses da Fundação Ford na adaptação da Doutrina Moynihan, tanto no combate à pobreza quanto na formulação de programas de “formação nacional”⁴⁵⁰.

A aproximação a estes vários segmentos realizou-se através de financiamentos. Embora os beneficiários se percebessem executando, em nome próprio, um projeto radical de autodeterminação negra”, o apoio obedecia ao cálculo da organização filantrópica sobre seu potencial, e identidade de suas realizações passadas, com sua proposta de modernização social, “inclusão” e “nacionalização” ao cadinho⁴⁵¹.

Essa estratégia partilhava com as metas do ascendente movimento suprapartidário “neoconservador” muito da sua convicção de propósito⁴⁵². Para Daniel Patrick Moynihan, uma de suas principais lideranças, o impulso “antigovernamental” das iniciativas do Poder Negro, da “esquerda liberal de classe alta” e dos movimentos pacifistas estava levando a uma abrupta crise geracional e de valores. Ela poderia alastrar a anomia pela sociedade, ameaçando de destruição as fontes morais de autoridade dos governo e do Estado. A proposta, definida por ele, era de bloqueio aos projetos da “juventude militante”. O presidente Richard Nixon assumiu essa proposta, lançando uma ofensiva que pretendia, da parte dos negros, adesão às promessas e liderança da sua fração mais “moderada” de classe média. O objetivo era tornar,

450 FERGUSON, Karen J. “Organizing the Ghetto: The Ford Foundation, CORE, and White Power in the Black Power Era, 1967-1969”. Idem, *ibidem*, p. 85-7.

451 A historiadora Karen Ferguson demonstrou como essa incompreensão ainda afeta a historiografia e o trabalho de memória. Ela utilizou a cidade de Nova Iorque, um dos centros dessa proposta de intervenção, como um exemplo dessa dificuldade. Segundo Karen Ferguson, os quadros de esquerda, que compunham a maioria no movimento do Poder Negro na cidade, haviam se transferido do Movimento dos Direitos Civis, deixando para trás, nas lutas de dessegregação, a perspectiva de transformação do “racismo branco”. Desde então, orientaram-se para experimentos com o “controle” e o “desenvolvimento comunitários”. O suporte à renovação identitária negra, que realizavam com os avatares da “autoestima” e da “valorização cultural”, era o verdadeiro objeto da política de fomento da Fundação Ford, e a razão para a sua continuidade. Muito embora, achassem estar sendo pagos para promover a transformação na política urbana dos guetos. FERGUSON, Karen. *Top Down: The Ford Foundation, Black Power, and the Reinvention of Racial Liberalism*. Idem, *ibidem*, especialmente “Introduction” e cap. 3.

452 O “neoconservadorismo” era um projeto de coalização e um chamamento político. Começou a ganhar força no final dos anos 1960, quando os “liberais de centro” passaram a buscar nos “liberais conversadores” a composição de uma frente ampla de combate à Nova Esquerda e ao que chamavam de a “direita autoritária”. Surgem, fundamentalmente, de um racha dentro do Partido Democrata. Os neoconservadores consideravam a guinada do partido para a “esquerda liberal” a expressão de novas e radicais formas de agendamento político que tomavam a sociedade. Elas deveriam ser disputadas, segundo eles, para não se tornarem uma real ameaça às instituições e tradições da democracia norte-americana. EHRMAN, John. *Liberals, neoconservatives, and foreign policy: 1945-1985*. 1993. 357 f. Tese (Doutorado) - Columbian College and Graduate School of Arts and Sciences, The George Washington University, Washington DC, 1993.

particularmente os negros mais pobres, parte de uma boa e estável classe trabalhadora de “padrão norte-americano”⁴⁵³.

O desenvolvimento dessa alternativa, e não apenas para os negros, viria, segundo Daniel Patrick Moynihan, de um esforço de estruturação profundo de toda a liderança, vinculada aos novos e também aos velhos “subsistemas” da vida social e moral do país. Vislumbrava-se, para tanto, uma complexa operação de cooptação e controle⁴⁵⁴. Nela, como defendeu com Nathan Glazer, a problemática da “etnicidade” substituiria a “racial” como técnica de governo. No tratamento da questão, e do próprio racismo, ela seria mais adequada à segurança do “tecido social” que “classe” ou categorias ocupacionais⁴⁵⁵ seriam enquanto foco de mobilização e negociação e como norma distributiva⁴⁵⁶. Estavam sendo dados, ali, os primeiros contornos da proposta de ordem do multiculturalismo.

Não se tratava de uma proposta apenas local. Para a Fundação Ford, este tipo de programa indicava que a confiança na modernização, e no “pluralismo racial”, portanto, em seu projeto de representação política, e de autonomia das elites, viriam sustentar futuramente as iniciativas globais contra problemas raciais. A começar pelos negros.

453 “Memorando de Daniel Patrick Moynihan para John D. Ehrlichman e H.R. Haldeman”, de 24 de julho de 1970. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, ibidem, p. 231-40.

454 Vide a série de memorandos de Daniel Patrick Moynihan para o recém-eleito presidente Nixon, de dezembro de 1968 e janeiro de 1969. In: WEISMAN, Steven R (ed.). Idem, ibidem, p. 158-60, 160-72, 173-98.

455 Daniel Bell chamou a atenção de Daniel Patrick Moynihan para como o chamamento à “etnicidade” poderia bloquear a “rebelião estudantil”. Na mobilização dos jovens, se apontaria, segundo ele, para a destruição das “fontes tradicionais de autoridade”. Os movimentos étnicos se articulariam de outra forma, “tradicionalmente”, buscando os veículos institucionalizados da política como foco de demanda e mobilização. Seriam, portanto, adversários. BELL, Daniel. “Ethnicity and Social Change”. In: GLAZER, Nathan and MOYNIHAN, Daniel P. (ed.). *Ethnicity: Theory and Experience*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 1981 [1975].

456 GLAZER, Nathan and MOYNIHAN, Daniel P. “Introduction”. In: GLAZER, Nathan and MOYNIHAN, Daniel P. (ed.). *Ethnicity: Theory and Experience*. Op., cit.

